

18º Exame de Ordem - 1ª fase - 2002

Direito Civil

1. Ajustado que se desfaza a venda, não se pagando o preço até certo dia, poderá o vendedor, não pago, desfazer o contrato ou pedir o preço.

Essa cláusula especial à compra e venda é denominada:

- (a) Venda a contento;
- (b) Retrovenda;
- (c) Preempção;
- (d) Pacto comissório.

2. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90), o vínculo da adoção constitui-se por:

- (a) Sentença judicial inscrita no Registro Civil mediante mandado;
- (b) Decisão do Ministério Público;
- (c) Ato voluntário do adotante, junto ao Cartório de Registro Civil competente;
- (d) Escritura pública de declaração, lavrada em Cartório de Notas e registrada no Cartório de Registro Civil.

3. A cláusula compromissória terá eficácia em contratos de adesão desde que:

- (a) O árbitro seja desde logo escolhido e indicado pelo aderente, constando o seu nome e a sua qualificação do texto da cláusula;
- (b) A cláusula determina a iniciativa da arbitragem ao aderente;
- (c) A cláusula imponha, pelo menos, três árbitros, dois indicados pelas partes e um terceiro, desempataador, escolhido de comum acordo pelas partes;
- (d) A cláusula, em negrito, determine a homologação judicial do árbitro escolhido.

4. A pessoa obrigada, por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos. Essa forma de extinção das obrigações é conhecida por:

- (a) Imputação do pagamento;
- (b) Transação;
- (c) Remissão de dívida;
- (d) Dação em pagamento.

5. Acerca de denunciação da lide, é correto dizer que:

- (a) Configura incidente da execução de sentença;
- (b) É instituto assemelhado à ação monitória;
- (c) É o instituto pelo qual um terceiro, pretendendo no todo ou em parte o bem objeto da lide, o postula no processo das partes primitivas;
- (d) É ação antecipada de regresso exercida por uma das partes, nos mesmos autos da ação primitiva, para se resguardarem das conseqüências de insucesso na demanda.

6. A preclusão lógica se revela:

- (a) Pela prática de ato incompatível com aquele que poderia ser praticado no prazo legal;
- (b) Na ultrapassagem do prazo para prática de um ato processual;
- (c) Pelo exercício de uma faculdade processual;
- (d) Pela propositura da ação no prazo legalmente previsto.

7. Sobre fraude à execução, é correto dizer que:

- (a) Exige para sua desconstituição a ação pauliana ou revocatória;
- (b) Só se configura se a alienação ou oneração de bens que possa tornar o devedor insolvente ocorrer no curso da ação executiva e não na tramitação da ação de conhecimento;
- (c) É causa de nulidade do ato jurídico fraudulento;
- (d) **Torna, uma vez verificada, inoponível o ato fraudulento perante o credor independente de qualquer questionamento em ação própria.**

8. Acerca da revelia, é correto se dizer que:

- (a) Implica na procedência do pedido em relação ao revel;
- (b) O revel, mesmo tendo constituído advogado no feito, não deve ser intimado das decisões na pessoa de seu patrono, vez que os prazos para o revel correm em cartório;
- (c) **Não produz os efeitos do artigo 319 do CPC se um dos litisconsortes do revel ofertar contestação ao feito;**
- (d) O revel tem o direito de rediscutir matérias decididas anteriormente ao seu ingresso, após a decretação de revelia, nos autos.

Direito Penal

9. O estado de necessidade é considerado uma excludente:

- (a) Da punibilidade;
- (b) Da culpabilidade;
- (c) **Da ilicitude;**
- (d) Da tipicidade.

10. Ocorre a chamada autoria colateral:

- (a) Quando duas ou mais pessoas se associam para praticar o delito, sendo que o executor é considerado inimputável;
- (b) Quando a conduta de um dos agentes deriva de erro de tipo escusável;
- (c) Quando ocorre o ajuste prévio entre os vários agentes, agindo um deles com domínio final do fato;
- (d) **Quando duas ou mais pessoas praticam atos convergentes ao mesmo fim, inexistindo entre elas vínculo subjetivo.**

11. É considerado crime preterdoloso:

- (a) **A lesão corporal qualificada pelo aborto (art. 129, §2º, inciso V, CP);**
- (b) O induzimento, a instigação ou auxílio ao suicídio (art. 122, CP);
- (c) O roubo agravado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º, inciso I, CP);
- (d) A extorsão indireta (art. 160, CP).

12. Pode-se afirmar que se trata de crime próprio:

- (a) O furto praticado com emprego de chave falsa (art.155, § 4º, inciso III, CP);
- (b) A apropriação de coisa achada (art. 169, parágrafo único, inciso II, CP);
- (c) **A corrupção passiva (art. 317, CP);**
- (d) O estelionato (art. 171, CP).

13. O inquérito policial será arquivado:

- (a) Por determinação da autoridade policial;
- (b) Por despacho do juiz, independentemente de qualquer manifestação do Ministério Público;
- (c) Por simples manifestação do Ministério Público, não sendo necessário despacho da autoridade judiciária;
- (d) Por despacho do juiz, após requerimento do Ministério Público.

14. Ocorrerá a rejeição da denúncia ou da queixa quando:

- (a) Não for o acusado encontrado no local do delito;
- (b) Estiver extinta a punibilidade pela prescrição ou outra causa;
- (c) Oferecida uma ou outra fora do prazo de seis meses;
- (d) For o caso de concessão de liberdade provisória mediante fiança.

15. Em relação aos meios de prova, a lei processual penal faz restrições idênticas à lei civil, no seguinte caso:

- (a) Quanto à superveniência de doença mental;
- (b) Quanto ao decreto de revelia;
- (c) Quanto ao estado das pessoas;
- (d) Quanto à expedição de mandado de busca e apreensão.

16. É correta a afirmação de que a revisão criminal:

- (a) Pode ser requerida a qualquer tempo, antes ou após a extinção da pena;
- (b) Pode ser requerida pela acusação ou pela defesa a qualquer tempo;
- (c) Pode ser requerida pela acusação dentro do prazo de lei;
- (d) Não pode ser requerida após a morte do réu.

Direito Trabalhista

17. São alguns princípios básicos para a caracterização de salário *in natura*:

- (a) O fornecimento gratuito ao empregado de bens ou serviço, concedido pelo trabalho, para poupar gastos do trabalhador em seu salário, sendo por este ajustado contratualmente com o empregador e é recebido com habitualidade;
- (b) A eventualidade no fornecimento de bem ou serviço para o trabalho do empregado, com onerosidade, entre outros princípios;
- (c) A habitualidade no fornecimento de bem que é recebido mediante o desconto previsto em lei;
- (d) A habitualidade no fornecimento de bem ou serviço indispensável à sobrevivência do trabalhador ou de sua família, sem onerosidade, isto é, com o adequado desconto no salário do empregado e ajustado contratualmente.

18. O trabalho noturno:

- (a) É aquele prestado, como regra geral, no período das 22 horas às 5 horas, através de uma jornada reduzida, e remunerado com um adicional denominado "adicional noturno" de, no mínimo, 20% (vinte por cento), sobre o valor da hora diurna, independente da atividade do empregado e mesmo que seja prestado em revezamento semanal ou quinzenal. Essa hipótese não é integralmente aplicada em certas categorias, tais como, rurais, advogados, portuários e aeronautas;
- (b) Possui remuneração superior ao trabalho diurno e, para esse efeito, sua remuneração é de, no mínimo, 20% (vinte por cento), sobre a hora diurna, para qualquer categoria de trabalhadores, quando ocorre trabalho entre 22 horas às 5 horas, através de um jornada reduzida, exceto nos casos de revezamento semanal ou quinzenal;
- (c) É aquele prestado no período das 22 horas às 5 horas, através de uma jornada reduzida, e remunerado com um adicional denominado

"adicional noturno" de, no mínimo, 20% (vinte por cento), sobre o valor da hora diurna, independente da atividade do empregado e mesmo que seja prestado em revezamento semanal ou quinzenal, exceto nas peculiaridades verificadas em certas categorias, tais como, rurais, secretários, cabineiros de elevador, advogados, portuários e aeronautas, esses recebendo adicional noturno de 50% (cinquenta por cento) por força de norma legal própria;

(d) É aquele prestado após o pôr do sol, sendo remunerado com um acréscimo, denominado "adicional noturno", de, no mínimo, 20% (vinte por cento), sobre a hora diurna, para qualquer categoria, exceto quando o trabalho é realizado em revezamento semanal ou quinzenal.

19. A participação do trabalhador em qualquer movimento grevista:

(a) Interrompe as relações emergentes do contrato de trabalho, vedando a legislação que disciplina o exercício do direito de greve a rescisão contratual durante a greve, sendo permitida a contratação de trabalhadores substitutos;

(b) Extingue imediatamente o contrato de trabalho como consequência natural da participação do empregado na paralisação grevista;

(c) Interrompe as relações emergentes do contrato de trabalho, vedando a legislação que disciplina o exercício do direito de greve a rescisão contratual durante o movimento pavidista, bem como a contratação de trabalhadores substitutos;

(d) **Suspende as relações emergentes do contrato de trabalho, vedando a legislação que disciplina o exercício do direito de greve a rescisão contratual durante o movimento pavidista, bem como a contratação de trabalhadores substitutos.**

20. Na Justiça do Trabalho cabe recurso imediato das decisões interlocutórias?

(a) **Somente na hipótese de decisão terminativa do feito;**

(b) Nunca, pois não decide coisa alguma;

(c) Sempre, resguardando o duplo grau de jurisdição;

(d) Não, pois não ferem diretamente a Constituição Federal.

21. Qual o número de testemunhas que cada parte pode ouvir, na Justiça do Trabalho, respectivamente, em processos de rito ordinário, sumaríssimo e no caso de inquérito judicial para apuração de falta grave do empregado estável?

(a) **3, 2 e 6;**

(b) 3, 4 e 2;

(c) 2, 6 e 3;

(d) 2, 3 e 6.

22. O recurso de revista contra acórdão do T.R.T., em sede de agravo de petição, é cabível quando:

(a) Houver violação literal a dispositivo de lei;

(b) Em nenhuma hipótese é cabível, pois pertence a fase de execução;

(c) Houver violação literal a dispositivo de medida provisória;

(d) **Violar direta e literalmente à Constituição Federal.**

Direito Comercial

23. Com relação à operação de saque da letra de câmbio, sabendo-se que enseja pelo menos três situações jurídicas distintas, marque a afirmativa CORRETA:

(a) **O sacado pode ser simultaneamente o tomador;**

(b) Cada uma das respectivas partes só pode exercer um papel de cada vez: o do sacador, o do sacado ou o do tomador;

(c) É muito freqüente que o sacador seja ao mesmo tempo sacado e tomador;

(d) O sacado nunca pode ser simultaneamente o sacador.

24. Assinale a afirmativa CORRETA sobre o princípio legal denominado de *par condicio creditorum*:

- (a) É inaplicável no sistema de execução concursal;
- (b) É inaplicável no direito falimentar;
- (c) É inaplicável às situações de insolvência civil;
- (d) É o concurso paritário de credores do devedor insolvente, comerciante ou não.

25. Assinale a afirmativa CORRETA sobre o contrato de compra e venda mercantil:

- (a) Nele, a entrega da coisa em princípio incumbe ao vendedor, podendo, entretanto, comprador e vendedor pactuar de modo diverso;
- (b) Nele, o vendedor não é responsável pela evicção de domínio;
- (c) Nele, o vendedor fica isento da responsabilidade pelo vício redibitório;
- (d) Nele, o comprador é sempre obrigado a efetuar o transporte da mercadoria.

26. Assinale a afirmativa FALSA sobre os administradores das sociedades por ações abertas:

- (a) Eles têm que cuidar unicamente do intuito da sociedade, para que esta distribua sempre bons dividendos aos seus acionistas;
- (b) Eles têm os deveres de atuar com diligência e lealdade, e de prestar informações ao mercado em geral;
- (c) Eles não devem agir como empregados, mas sim como representantes legais das empresas;
- (d) Eles devem ser atentos e cuidadosos, pois pode ocorrer que, em determinados momentos, eles tenham interesses pessoais conflitantes com os da própria sociedade.

Direito Tributário

27. A CPMF é um(a):

- (a) Taxa;
- (b) Contribuição;
- (c) Empréstimo;
- (d) Imposto.

28. Toda vez que a Constituição Federal estabelece que determinado imposto "não incide" é correto afirmar que estamos diante de um caso de:

- (a) Imunidade;
- (b) Isenção;
- (c) Remição;
- (d) Remissão.

29. O princípio da seletividade se aplica:

- (a) Ao ICMS;
- (b) As taxas;
- (c) As contribuições;
- (d) Aos tributos.

30. O artigo 155, § 2º, XII, da Constituição Federal estabelece: "Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: II - Operações sobre circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte e comunicação...; §2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: XII - Cabe a lei complementar:..." . A referida lei complementar é de competência da(o):

- (a) Estados;
- (b) Territórios;
- (c) Municípios;
- (d) União.

Direito Internacional

31. Ato jurídico praticado em outro país, devidamente consularizado e traduzido para o português, terá eficácia no Brasil, desde que:

- (a) Seja aprovado pelo Congresso Nacional;
- (b) Não ofenda a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes;
- (c) Autorizado pelo Ministério das Relações Exteriores;
- (d) Homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

32. Carla, de nacionalidade brasileira, residente em Caracas, tem um filho de nome PAULO. Sabendo-se que o pai é inglês, cuja lei pessoal adota o princípio do *ius sanguinis*, e supondo-se que a lei do lugar de nascimento adote o princípio do *ius soli*, pergunta-se: Qual a nacionalidade de Paulo que mora no Brasil desde os 11 meses de idade?

- (a) Apenas venezuelano, face ao princípio do *ius soli* local;
- (b) Apenas brasileiro, face ao princípio do *ius soli* do Brasil;
- (c) Terá as três nacionalidades;
- (d) Apenas inglês.

33. Não se concederá visto de entrada no Brasil ao estrangeiro:

- (a) Anteriormente extraditado do Brasil;
- (b) Que tenha sido deportado do Brasil por falta de visto;
- (c) Apátrida;
- (d) Considerado nocivo à ordem pública e aos interesses nacionais.

34. Assinale, dentre as afirmativas abaixo, a verdadeira:

- (a) O estrangeiro que se dedicar à mendicância poderá ser expulso do país;
- (b) A naturalização produzirá efeitos após o deferimento do Sr. Ministro da Justiça com a publicação no Diário Oficial;
- (c) Estrangeiro que entre de forma irregular no Brasil será extraditado;
- (d) A sentença estrangeira para execução no Brasil depende, apenas, de *exequatur* do Sr. Ministro da Justiça.

Direito Constitucional

35. Em tema de controle de constitucionalidade, é lícito afirmar que:

- (a) Na hipótese de ação direta, de competência do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, na qualidade de chefe do Ministério Público da União, será citado, previamente, para a defesa do ato ou texto impugnado;
- (b) Em razão do princípio da subsidiariedade que preside o instituto, a arguição de descumprimento de preceito fundamental será admitida pelo Supremo Tribunal Federal, nos casos de sua competência, ainda quando existente qualquer outro meio capaz de sanar, eficazmente, a

lesividade alegada;

(c) Pela via de exceção, a questão constitucional é arguida *incidenter tantum*, como prejudicial do mérito;

(d) Por entender compatível com o objeto da demanda, o Supremo Tribunal Federal concede medida cautelar em ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão, expedindo, em consequência, provimento normativo preliminar, de sorte a suprir a inatividade do órgão legislativo inadimplente.

36. Indique, dentre as alternativas abaixo, pertinentes à organização do Estado, a que foi proposta com incorreção:

(a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos dotados de autonomia;

(b) É de 4 (quatro) anos o mandato dos Deputados Estaduais;

(c) O Distrito Federal é regido por Constituição própria, aprovado por dois terços dos membros da Câmara Legislativa e promulgada pelo Chefe do Poder Executivo distrital;

(d) O Prefeito Municipal é julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado correspondente, nos crimes comuns de competência da Justiça estadual.

37. Nomeie, com alusão à defesa do Estado e das instituições democráticas, a opção válida:

(a) Constituem pressupostos para a decretação do Estado de Sítio a comoção grave de repercussão nacional, a ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o Estado de Defesa e a declaração do Estado de Guerra ou resposta a agressão armada estrangeira;

(b) O Estado de Defesa, da mesma forma que o Estado de Sítio, só poderá ser decretado pelo Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional;

(c) O tempo de duração do Estado de Defesa e do Estado de Sítio não poderá ser superior a 30 (trinta) dias improrrogáveis;

(d) Os atos praticados pelo executor da medida, durante o Estado de Defesa, não estão sujeitos, de vez que resultantes da instauração de um sistema de legalidade extraordinária, o controle judicial.

38. Assinale, no que tange aos Poderes da República, a opção incorreta:

(a) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato;

(b) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros das Casas do Congresso Nacional, em sessão conjunta;

(c) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos 2 (dois) anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita 30 (trinta) dias depois de aberta a última vaga, de forma indireta, pelo Congresso Nacional;

(d) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

39. É correto asseverar, a propósito do processo legislativo previsto da Constituição da República Federativa do Brasil, que:

(a) Projeto de lei proposto por Deputado Federal ou Senador, versando sobre matéria cuja iniciativa é reservada privativamente ao Presidente da República, pode obter a convalidação do vício formal de inconstitucionalidade desde que, aprovado por três quintos dos membros das Casas do Congresso Nacional, venha a lograr sanção presidencial;

(b) É facultada ao Presidente da República, em caso de relevância e urgência, a adoção de medida provisória sobre matéria relativa a direito processual civil e penal, vedada, em qualquer hipótese, a que implique em instituição ou majoração de impostos;

(c) Os projetos de lei complementar serão aprovados por maioria absoluta;

(d) A promulgação é ato exclusivo do Presidente da República.

40. Aponte, em meio às alternativas que se seguem, versando sobre remédios constitucionais, a opção formulada com imprecisão, tendo em vista o sistema constitucional vigente:

(a) Destina-se o *habeas corpus*, como instrumento de natureza constitucional, a tutelar a liberdade de locomoção própria ou a de terceiro;

(b) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

(c) Qualquer cidadão, brasileiro nato ou naturalizado, inclusive aquele entre 16 e 21 anos de idade, e português equiparado, todos no exercício pleno dos direitos políticos, possuem legitimação constitucional para a propositura da ação popular;

(d) É cabível a impetração de mandado de segurança, segunda a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, contra decisão judicial com trânsito em julgado.

Direito Administrativo

41. Sobre nomeação e posse de servidor público para cargo público de carreira, assinale a afirmativa verdadeira:

(a) O candidato aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos para provimento de cargo público efetivo tem direito à nomeação;

(b) O servidor nomeado e empossado em cargo público efetivo ganha vitaliciedade após três anos de efetivo exercício;

(c) A data de entrada em exercício de servidor público sempre deve coincidir com a da posse;

(d) A pessoa nomeada para cargo público efetivo em virtude de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos tem direito à posse.

42. O servidor público, ocupante de cargo efetivo da administração direta, autárquica ou fundacional, eleito deputado federal:

(a) Terá direito a todos os benefícios previdenciários, como se no exercício do cargo efetivo estivesse;

(b) Poderá acumular as atividades de seu cargo público com as do eletivo se houver compatibilidade de horários;

(c) Poderá optar entre o subsídio do cargo eletivo ou a remuneração do cargo público;

(d) Poderá ser promovido por merecimento.

43. Sobre os serviços notarial e de registro, assinale a afirmativa falsa:

(a) Notários e registradores não estão sujeitos a aposentadoria compulsória por implemento de idade;

(b) Lei Federal fixará normas gerais para a fixação dos respectivos emolumentos;

(c) O ingresso na atividade depende da prestação de concurso público de provas e títulos;

(d) Serão exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.

44. Sobre o auditor de corte de contas, assinale a alternativa correta:

(a) A nomeação para o cargo independe de concurso público;

(b) O auditor, desde a posse no respectivo cargo, é estável;

(c) Não há obrigatoriedade de, entre os membros da corte de contas, haver um oriundo da carreira de auditor;

(d) O auditor pode substituir o membro titular do respectivo tribunal de contas.

Deontologia Jurídica

45. O advogado ROBERTO SANTOS BRAGA, que se encontrava regularmente inscrito na OAB-RJ, teve sua inscrição cancelada porque:
- (a) Foi eleito (e empossado) Prefeito do Município de Niterói;
 - (b) Foi nomeado (e empossado) Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
 - (c) Foi nomeado (e empossado) Escrivão do 24º Ofício de Notas do Rio de Janeiro;
 - (d) Foi nomeado (e empossado) Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
46. O Advogado SALVADOR DE SÁ, regularmente inscrito na OAB-RJ, após concluir o patrocínio de um processo de Inventário, no qual representava o inventariante e todos os herdeiros e administrava os imóveis do espólio, recusa-se a prestar contas àqueles clientes dos aluguéis que recebeu, sob a alegação de que os mesmos se recusam a pagar-lhe os honorários profissionais devidos. Pergunta-se: Considerando-se que SALVADOR DE SÁ é primário, a qual punição disciplinar estará ele sujeito na hipótese?
- (a) Suspensão, pelo prazo mínimo de 30 dias e até que preste contas;
 - (b) Exclusão do quadro da OAB-RJ;
 - (c) Suspensão, pelo prazo de 30 dias a 12 meses;
 - (d) Censura.
47. O Código de Ética e Disciplina da OAB estabelece, expressamente, entre outros, que é dever do Advogado:
- (a) Divulgar a relação de seus clientes, para conhecimento de terceiros, salvo aqueles clientes com processo sob "segredo de justiça";
 - (b) Estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios;
 - (c) Recusar o patrocínio de uma causa criminal (defesa do acusado), por considerar que o acusado é o culpado pela prática de crime hediondo;
 - (d) Depor como testemunha, em processo-crime, sobre os fatos confidenciais pelo cliente, quando intimado pelo Juiz a fazê-lo.
48. Um advogado, que está inscrito apenas na OAB-RJ (inscrição principal), para patrocinar uma causa no Estado de Minas Gerais é necessário:
- (a) Fazer a transferência de sua inscrição para a OAB-MG;
 - (b) Fazer uma inscrição suplementar na OAB-MG;
 - (c) Patrocinar aquela causa sem necessidade de inscrição ou comunicação à OAB-MG.;
 - (d) Comunicar a OAB-MG aquele patrocínio, sem necessidade de inscrição.
49. Qual das práticas seguintes contraria o Código de Ética e Disciplina da OAB?
- (a) Fazer um pequeno anúncio de seus serviços profissionais, em jornal de grande circulação, indicando seu nome completo, número de inscrição na OAB e títulos ou qualificações profissionais;
 - (b) Substabelecer a um colega (advogado), sem reserva, os poderes que lhe foram conferidos pelo Cliente, sem prévio e inequívoco conhecimento do mesmo Cliente;
 - (c) Aconselhar o Cliente a não ingressar em aventura judicial;
 - (d) Recusar o pedido do Cliente para funcionar, ao mesmo tempo, como seu preposto e advogado.
50. Um Advogado que, intimado a devolver os autos de um processo no prazo de 24 horas e não o faz, estará sujeito a que conseqüências?
- (a) Ser punido criminalmente (no Juízo Criminal) e disciplinarmente (pela OAB), bem como perder o direito de vista daqueles autos fora de cartório e pagar multa de meio salário mínimo, além de sujeitar-se à busca e apreensão dos autos;
 - (b) Ser apenas advertido pelo Juiz da causa e sofrer a busca e apreensão dos autos;
 - (c) Ser punido disciplinarmente (pela OAB) e ter o seu mandato para aquele processo revogado;
 - (d) Ser punido apenas disciplinarmente (pela OAB), bem como perder o direito de vista daqueles autos fora de cartório e pagar multa de meio

salário mínimo, além de sujeitar-se à busca e apreensão dos autos.